
IMPrensa, Ditadura Militar e Conflito Fundiário na Fazenda Campos Novos: A Memória da Repressão e o Regime de Terror

PRESS, MILITARY DICTATORSHIP AND LAND CONFLICT AT FAZENDA CAMPOS
NOVOS: THE MEMORY OF REPRESSION AND THE REGIME OF TERROR

PRENSA, DICTADURA MILITAR Y CONFLICTO TERRITORIAL EN LA FAZENDA
CAMPOS NOVOS: LA MEMORIA DE LA REPRESIÓN Y EL RÉGIMEN DE TERROR

Sidney Clemente Peres¹

<https://lattes.cnpq.br/1740995150718319>
<https://orcid.org/0000-0003-4922-610X>

Gessiane Ambrosio Nazario²

<http://lattes.cnpq.br/9026694135300954>
<https://orcid.org/0000-0002-5472-8107>

José Jairo Vieira³

<https://lattes.cnpq.br/7504208613924588>
<https://orcid.org/0000-0002-9395-5345>

¹ Professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais, Trabalho e Identidade (LEMSTI). Tem graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional-UFRJ. É Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolveu pesquisa sobre movimento indígena no Rio Negro, Amazonas, onde atuou como assessor de organizações indígenas e agências não governamentais. Coordenou grupos de trabalho de identificação de terras indígenas na Paraíba (Nordeste) e no Rio Negro (Amazônia). Atua academicamente e profissionalmente nas seguintes áreas: Etnicidade, Política e Transformações Sociais; Indigenismo e Movimento Indígena no Brasil; Etnologia Indígena na Amazônia e no Nordeste; Povos Tradicionais, Territorialidade e Conflitos Socioambientais. Autor do livro: A Política da Identidade: associativismo e movimento indígena no Rio Negro. Manaus: Editora Valer, 2013. E-mail: sidneiperes@id.uff.br

² Pós-doutora em História Comparada na UFRJ. Doutora em Educação pela UFRJ. Mestre em Sociologia pela UFF. Graduada em Pedagogia pela UFF. Professora, efetiva, nas séries iniciais do Fundamental I, na Rede Municipal de Armação dos Búzios. Membro da Coordenação e Co-fundadora do Coletivo de Educação da Conaq. Foi co-coordenadora pedagógica do Projeto Escola Nacional de Formação de Meninas do Coletivo de Educação da Conaq, no ano de 2022. Foi membro da Comissão Nacional de Políticas para Educação Escolar Quilombola do Mec. (2023-2024) Membro da turma, de 2018, do workshop de teses Mark Cluster Mamolen, do Afro-American Research Institute (Alari), da Harvard University. Pesquisadora Colaboradora no Projeto Pré-textos vinculado ao Alari/Harvard. Foi coordenadora pedagógica do Projeto Pré-vestibular Comunitário para Jovens Quilombolas, da Rasa (2015). Autora do Livro "Revolta do Cachimbo: a luta pela terra no quilombo da Caveira" e do livro infantil "Aspino e o boi".

³ Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Programa de Pós-Graduação em História Comparada e do Programa de Pós-Graduação em Docência da Educação Básica, todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, Mestre em Sociologia do Esporte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Sociólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Criador e Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Desigualdade e Diversidade de Corpo, Raça e Gênero (LADECORGEN) da UFRJ. Bolsista de Produtividade do CNPQ.

RESUMO: Este artigo tem como objeto refletir sobre o registro, na imprensa, do conflito fundiário na Fazenda Campos Novos, na Região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro; tomando como foco privilegiado o período da ditadura militar (1964-1985) e a comunidade da Caveira, formada por um campesinato negro descendente de escravizados. Após o Golpe de 64, se estabeleceu um regime de terror sobre as famílias camponesas que tinha como objetivo a expulsão das mesmas, com a cumplicidade de policiais, delegados, políticos e militares. Abordamos também as categorias, representações e estratégias que configuraram as formas de mobilização política e expressão organizativa da comunidade Caveira frente às violências comandadas pelos fazendeiros, identificando-se como lavradores e trabalhadores rurais, conforme a gramática moral da reforma agrária. As descrições e análises aqui apresentadas se baseiam na consulta à hemeroteca da Biblioteca Nacional, cujo acervo está disponível na internet. Nossa intenção é colaborar com o fortalecimento e manutenção da memória de resistência e de luta pela terra dos quilombolas da Caveira, fator fundamental na formação da sua identidade étnica no presente, à contrapelo da versão hegemônica da história da região dos lagos. Pretendemos assim contribuir com os estudos sobre a repressão política ao campesinato e aos trabalhadores rurais durante a ditadura militar, como também sobre as relações entre a imprensa e o regime autoritário instalado no país em 1964.

Palavras-Chave: Memória; Imprensa; Violência Política; Conflito Fundiário; Ditadura Militar.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the record, in the press, of the land conflict at Fazenda Campos Novos, in the Região dos Lagos, state of Rio de Janeiro; taking as a privileged focus the period of the military dictatorship (1964-1985) and the community of Caveira, formed by a black peasantry descended from slaves. After the Coup of State in 64, a regime of terror was established over peasant families that aimed to expel them, with the complicity of police officers, delegates, politicians and military personnel. We also address the categories, representations and strategies that shaped the forms of political mobilization and organizational expression of the Caveira community in the face of violence led by farmers, identifying themselves as farmers and rural workers, according to the moral grammar of agrarian reform. The descriptions and analyzes presented here were based on consultation of the National Library's newspaper, whose collection is available on the internet. Our intention is to collaborate with the strengthening and maintenance of the memory of resistance and struggle for the land of the quilombolas of Caveira, a fundamental factor in the formation of their ethnic identity in the present, contrary to the hegemonic version of the history of the lake region. We thus intend to collaborate with studies on the political repression of the peasantry and rural workers during the military dictatorship, as well as on the relations between the press and the authoritarian regime installed in the country in 1964.

Keywords: Memory; Press; Political Violence; Land Conflict; Military Dictatorship.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el registro, en la prensa, del conflicto de tierras en la Fazenda Campos Novos, en la Región de los Lagos, estado de Río de Janeiro; tomando como foco privilegiado el período de la

dictadura militar (1964-1985) y la comunidad de Caveira, formada por campesinos negros descendientes de esclavos. Luego del Golpe del 64, se instauró un régimen de terror sobre las familias campesinas que pretendía expulsarlas, con la complicidad de policías, delegados, políticos y militares. También abordamos las categorías, representaciones y estrategias que configuraron las formas de movilización política y expresión organizativa de la comunidad de Caveira frente a la violencia protagonizada por terratenientes, identificando-se como agricultores y trabajadores rurales, según la gramática moral de la reforma agraria. Las descripciones y análisis aquí presentados se basaron en la consulta de la hemeroteca de la Biblioteca Nacional, cuyo fondo está disponible en Internet. Nuestra intención es colaborar con el fortalecimiento y mantenimiento de la memoria de resistencia y lucha por la tierra de los quilombolas de Caveira, factor fundamental en la formación de su identidad étnica en el presente, contrariamente a la versión hegemónica de la historia del región de los lagos. Nos proponemos así colaborar con estudios sobre la represión política de los campesinos y de los trabajadores rurales durante la dictadura militar, así como sobre las relaciones entre la prensa y el régimen autoritario instalado en el país en 1964.

Palabras clave: Memoria; Prensa; Violencia Política; Conflicto de Tierras; Dictadura Militar.

INTRODUÇÃO⁴

Fundada no final do século XVII, a Fazenda Campos Novos pertencia primeiramente a Companhia de Jesus, ordem dos jesuítas, até serem expulsos em 1759 com a Reforma Pombalina. O território pertencente à fazenda abrangia várias localidades conhecidas hoje como São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Iguaba.⁵ Os descendentes daqueles que trabalhavam na fazenda sob regime de escravidão são hoje reconhecidos juridicamente como quilombolas.⁶ Após a abolição da escravidão, a Fazenda Campos Novos passa por um intenso processo de fragmentação e desmembramento de seu território tendo sucessivos donos. Assim, após esse contexto histórico, se configurou um pacto moral entre o fazendeiro Eugene Honold, que comprou o imóvel em 1920, e os descendentes dos escravizados de modo a permanecerem na terra em regime de moradia, pagando arrendamento na forma de trabalho para o proprietário. Esse pacto moral, que garantia casa e roça aos

⁴ Seguimos as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a redação deste artigo.

⁵ Sobre a história da Fazenda Campos Novos, seu processo de fragmentação através da venda para diferentes donos e a formação e ocupação de um campesinato negro na Região dos Lagos, cf. ACCIOLI, 2012 e 2018.

⁶ A certificação da comunidade quilombola da Caveira/Botafogo ocorreu em 17/06/2004. Os estudos antropológicos de identificação e delimitação do território da Caveira ocorreram nos anos de 2008 e 2009, constando uma área de 220,8ha e 163 famílias cadastradas (LUZ, 2009).

camponeses, foi rompido pelo Marquês,⁷ quando começaram as tentativas violentas de expulsão.⁸

O nosso interesse aqui é abordar a imprensa como um registro de memória das lutas pela terra na Fazenda Campos Novos. Como a história dessas lutas foi contada nos jornais ou foi simplesmente silenciada e censurada? Quais as categorias de mobilização coletiva e as formas de expressão do embate político entre camponeses e fazendeiros? Privilegiamos o período da Ditadura Militar, uma vez que foi um contexto importante na configuração social desse conflito, que assumiu um caráter étnico explícito quando a comunidade da Caveira se apropria da categoria jurídica de “remanescente de comunidades de quilombo” no início dos anos 2000.⁹ As violências perpetradas contra as famílias camponesas atingiram seu ápice nesse cenário de aguda repressão política sobre aqueles que combatiam a injusta concentração fundiária no país. As matérias jornalísticas são tratadas até então tanto como um reservatório de fatos quanto de narrativas, ou melhor, da narrativa como um fato em si mesma e do fato como construção narrativa. A imprensa é um campo de disputa pela memória (constituída pela correlação de forças entre as práticas de lembrança, silenciamento e esquecimento). Cabe acrescentar que a lembrança dessas agressões é cultivada pelos mais velhos da Caveira, compondo uma memória da resistência ao assédio dos fazendeiros para tomar suas terras, sendo um fator importante no sentimento de autoestima e na identidade quilombola no presente¹⁰.

A cobertura jornalística sobre o conflito fundiário envolvendo os *posseiros* da Fazenda da Caveira foi pequena. Num período de quase cinco décadas (45 anos – 1950 a 1995), podemos constatar, em consulta na Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹¹, 67 matérias em sete jornais. É pouco, pois isso equivale a média de 1,48 matérias por ano. O jornal que mais noticiou os conflitos foi “O Fluminense”, com 47 reportagens (70%), com uma média de uma matéria por ano. Ainda considero pouco para um jornal que cobre a área do antigo estado do Rio de Janeiro. A contundência, muitas vezes, não correspondia ao tamanho e relevância do

⁷ Antônio Paterno Castello, administrador da Fazenda Campos Novos, na época. Com a morte de George Honold, em um acidente automobilístico em 1949, filho do antigo proprietário Eugene Honold, falecido em 1950, a fazenda ficou sob a responsabilidade do neto Luiz Honold que passa a administração do estabelecimento rural para o Marquês

⁸ Sobre as relações entre o campesinato negro e o patrão Honold na Fazenda Campos Novos, cf. NAZARIO, 2022. Sobre o regime de moradia, como uma forma de imobilização compulsória da força de trabalho, cf. PALMEIRA, 1977.

⁹ Para uma reflexão sobre processos de etnização de conflitos fundiários, em contextos amazônico e nordestino de luta por demarcação de terra indígena, cf. PERES, 2021.

¹⁰ Sobre a memória como um campo de disputas e de construção de identidades, cf. POLLACK, 1989.

¹¹ <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

texto jornalístico (medido aqui pelo espaço ocupado e pela posição na página) e muito menos a frequência de publicação. Se essa baixa visibilidade midiática se deve ao foco da atenção jornalística ter se dirigido a outros conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro nesse mesmo período ou a censura imposta a imprensa pela Ditadura Militar, é uma questão a ser investigada

O REGIME DE TERROR: O USO SISTEMÁTICO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS “COMUNISTAS” DA CAVEIRA

O conflito fundiário na fazenda Campos Novos se tornou agudo com o loteamento decidido em assembleia pela Companhia Odeon em 1956. Todavia, alguns anos antes da aprovação do loteamento, já estavam acontecendo tentativas de expulsão violenta das famílias residentes na Fazenda Campos Novos. No jornal Imprensa Popular (de 11/11/1954), já encontramos, na seção Caixa Postal dos Trabalhadores, uma pequena nota sobre a expulsão do *camponês* João Caetano pelo Marques. Nos anos 1960, continuaram as denúncias contra as arbitrariedades cometidas contra os lavradores. O presidente da recém-criada Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia, Sílvio Silveira, denunciava, num jornal de grande circulação, as pressões dos fazendeiros, concretizadas através de destruição de plantações com a conivência da polícia militar (Jornal do Brasil, 26/08/1961). Em 1961, foi criado o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, substituindo a Associação de Lavradores criada dez anos antes (MAIA, 2018). Naquele curto texto jornalístico, é mencionado um “Sr. Daso” (provavelmente refere-se a Dácio Pereira de Souza, administrador da Fazenda Campos Novos) e a destruição de plantações com a conivência de policiais, “embora não tenha títulos legais de posse”. Essa expressão merece destaque porque a ausência de comprovação (títulos) de propriedade será a base de construção da categoria de *grileiro*, assim como o uso da categoria *posseiro* como contraponto àquele ao se definir pelo tempo de ocupação e pelo trabalho investido na terra. *Lavrador*, *posseiro*, *camponês* e *trabalhador rural* são categorias de mobilização política e unificação das demandas das diversas situações concretas de acesso e uso dos recursos fundiários e de subordinação do trabalho em contexto rural (MEDEIROS, 2010). Essas categorias foram incorporadas pela imprensa que, por sua vez, contribuiu para a consolidação das noções respectivas na esfera pública.

Nos anos entre 1950 a 1960, os camponeses e trabalhadores rurais surgem como atores políticos e sujeitos de direitos, portanto, como categoria de mobilização coletiva em uma linguagem de expressão pública de privações e sofrimentos nos termos de sentimentos morais ligados a noções de injustiça social. As categorias de *sertanejo* e *rurícola* são substituídas por *camponês* e *trabalhador rural*. O atraso atribuído ao *caipira rústico* – ignorante, ingênuo e supersticioso – é reformulado quando entra em cena o campesinato militante e revolucionário.¹² Nasce a figura do *grileiro* – aquele que se apropria ilegalmente de terras – como vilão social e antagonista do *posseiro*; e o conceito de função social da propriedade adquire força política para além de sua definição jurídica já estabelecida em lei anteriormente. As desapropriações se constituem na principal modalidade de ação dos governos (estaduais e federal) para combater os latifúndios e para resolver situações graves de conflito fundiário (MEDEIROS, 2010).

A reforma agrária emerge como problema público e a extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural se torna um tema relevante tanto para a esquerda quanto para a direita. O ápice desse processo de institucionalização da questão agrária, antes do golpe de 1964, foi a criação da Superintendência de Políticas Agrárias (SUPRA) em 1961 e o Estatuto do Trabalhador Rural em 1962, no governo João Goulart. O sindicalismo rural adquire reconhecimento oficial e *trabalhador rural* torna-se a categoria abrangente, unificando as distintas situações e formas sociais de relação do trabalhador com a terra.

No contexto histórico pós golpe de 1964, a violência e a repressão (prisões, torturas e assassinatos) tornaram-se políticas de Estado, o estado de exceção se tornou regra e se institucionalizou. Um fato é que podemos constatar uma abordagem jornalística em geral favorável aos *posseiros* da fazenda Campos Novos e Caveira, construídas com outras categorias, principalmente aquelas oriundas da linguagem sindical (posseiros, lavradores, camponeses), descrevendo as situações de conflito em que os algozes são *grileiros*, *fazendeiros*, “aqueles que se dizem proprietários ou donos” que comandam jagunços, *capangas* e policiais militares. Acrescente-se delegados omissos ou coniventes.

As narrativas jornalísticas sobre as violências são contundentes, como nas matérias anteriores ao golpe, entretanto os textos são mais extensos e ocupam mais espaços na página do jornal (induzindo mais a atenção do leitor). Às vésperas do Golpe Militar de 1964, Jamil

¹² Nesse momento, temos a discussão nas esquerdas sobre o papel do campesinato em processos revolucionários ocorridos em países pouco industrializados, ou seja, os que não tinham um operariado importante economicamente e politicamente para liderar movimentos de transformação social.

Miziara, definido pelo jornal Luta Democrática (01/02/1964) como “rico industrial de São Paulo” e “grileiro e dono do frigorífico Bordon”, foi a redação para reclamar da “invasão” das suas propriedades em conversa com o jornalista Paulo Valente e com o deputado Tenório Cavalcanti, fundador desse órgão de imprensa e que apoiava os sindicatos de trabalhadores rurais. O empresário ameaçou despejar os lavradores com cem homens armados. O jornalista solicitou a presença de uma comissão de lavradores que relataram as arbitrariedades cometidas pelo administrador conhecido como Dr. José, incentivando o incêndio de casas e destruição de plantações. O delegado de Cabo Frio teria garantido a Paulo Valente que os lavradores não seriam despejados com o uso da violência, mas apenas através de medida judicial. Jamil Cury Miziara será um protagonista central dos atos de violência contra os posseiros da Caveira no período da Ditadura Militar.

Outros personagens dessa terrível narrativa de repressões e violências cometidas para a expulsão das famílias moradoras na Fazenda Caveira são o Dácio Pereira de Souza e Jamil Curi Miziara. Policiais militares estavam envolvidos em espancamentos de lavradores sob as ordens de Dácio Pereira de Souza (O Jornal, 27/06/1964). Meses depois da instalação da Ditadura Militar, o “Última Hora” (04/07/1964) já destaca na sua manchete sobre a situação do conflito fundiário em Campos Novos como um “regime de terror” imposto por “grileiros” e “capangas” chefiados pelos “pretensos donos” Dácio Pereira [de Souza] e José Gringo. O cenário descrito é extremamente grave, implicando a continuidade de um repertório de ação no qual o uso sistemático da violência, com a conivência de delegados e policiais militares, realmente corresponde a imposição de um regime de terror: incêndio de casas, tratores e gado destruindo roças, espancamento de adultos e crianças, prisões arbitrárias, tortura...

Há uma visita de uma comissão de lavradores a redação de jornais, pedindo providências ao governador Paulo Torres e aos secretários de segurança, de agricultura e de trabalho. Observamos aqui a acusação de comunista para justificar as atrocidades cometidas para expulsar os camponeses.

Sob o pretexto de “prender comunistas”, no dia 6 de abril último, os “capangas” dos dois pretensos donos das terras (nenhum possui títulos ou escritura pública que comprove a propriedade) com o auxílio de soldados da Polícia Militar espancaram lavradores e destruíram seus casebres, deixando suas famílias ao desabrigo. [...]

Ao mesmo tempo em que entraram com ações de despejo e “reintegração de posse” das terras que na realidade pertencem aos camponeses, os “grileiros” mandaram ameaçar de morte os que se recusam a entregar-lhes as terras, afirmando que “a PM virá agora com ordem de metralhar todos aqueles que não nos obedecerem,

pois a DOPS já autorizou que fôssem mortos os ‘comunistas’ e ‘subversivos’” [as aspas são de autoria do redator da matéria] (Última Hora, 07/07/1964)..

O artigo do jornal “Última Hora” utiliza termos e um tom muito duro contra os “supostos donos das terras” que não possuem “títulos ou escritura pública que comprove a propriedade”; o que demonstra o quanto a categoria grileiro estava consolidada nestes veículos de formação da opinião pública. Mesmo quando utiliza aspas para alguns termos e expressões, elas não significam um olhar relativista, mas a indicação de uso pelas pessoas envolvidas ressaltando seu caráter incomum fora das situações descritas. São categorias e noções próprias ao cenário dos conflitos fundiários. A retórica da repressão e opressão latifundiária para justificar as expulsões e despejos nas fazendas, através da rotulação de comunistas e subversivos, não tinha grande poder de convencimento na imprensa que dava visibilidade ao conflito fundiário em tela. Poucos dias depois de instaurada a Ditadura Militar, a linguagem oficial para reprimir opositores já estava sendo usada por fazendeiros e administradores. Com o apoio da polícia militar, dezenas de camponeses foram presos e torturados na delegacia de Cabo Frio e no Estádio Caio Martins, em Niterói, onde ficaram detidos por um mês até o fim do inquérito que lhes foi imposto. Os policiais obrigaram as famílias a entregarem lavouras, animais de criação, ferramentas de trabalho, utensílios domésticos e outras benfeitorias com a ameaça de morte dos parentes presos.

Poucos meses depois do Golpe de 1964, o “Última Hora” denuncia a brutalidade e injustiça, repercutindo a voz da comissão de lavradores presente na redação em tom contundente, como também a cumplicidade de autoridades públicas e repudiando a qualificação oportunista de “comunistas e subversivos” atribuída aos lavradores para legitimar arbitrariedades. O redator aciona implicitamente o argumento da função social da propriedade, defendendo o direito dos camponeses pelo investimento de trabalho produtivo ao contrário dos grileiros que não tinham sequer “uma lavoura, dedicando-se os seus falsos proprietários ao comércio de lenha, sendo responsáveis pelo desmatamento da região”. Ou seja, além de maltratarem os trabalhadores ainda desenvolviam atividades predatórias ao meio ambiente.

Em matéria publicada alguns dias depois, a “Última Hora” menciona nova visita a sua redação de uma comissão de lavradores que solicitava providências às autoridades estaduais e ao presidente da república. No texto jornalístico, a expressão “a vitória do movimento chamado ‘revolucionário’ de 1º de abril” traz um questionamento implícito a tal designação

conferida ao golpe de Estado, pois estava sendo utilizado como oportunidade política por grileiros para desfecharem uma ofensiva de terror contra os lavradores, com a ajuda de policiais e omissão da justiça local. A milícia privada de Dácio Pereira de Souza e José Gringo, designada pejorativamente de “jagunços”, atuava se identificando como “agentes do DOPS”, a fim de conferir um caráter oficial ao ato de “usurpação” de terras implementado na Fazenda Campos Novos.

Logo após a vitória do movimento chamado “revolucionário” de 1 de abril, os “grileiros” Dácio e Zé “Gringo” desfecharam verdadeira ofensiva de terror contra os lavradores no que contaram com a ajuda da Polícia e a omissão da Justiça local. Com a visita do Padre Carvalho, os “jagunços” temerosos de qualquer medida das autoridades do “Plano Agrário” em defesa dos camponeses arrefeceram as violências. Contudo, com o correr dos dias, verificando que as autoridades nada fizeram, os grileiros voltaram à carga, desta vez com redobrada violência. Na Fazenda Campos Novos, o marginal “França” que se proclama “investigador da DOPS”, expulsou vários lavradores de suas lavouras, inclusive João Póvoas que, desesperado, bebeu veneno e está entre a vida e a morte num hospital de Campos (Última Hora, 17/07/1964).

A demissão do padre Carvalho da direção do Plano Piloto de Ação Agrária, anunciada dias antes pelo mesmo jornal, não havia se concretizado ainda. Esse órgão era uma agência de ação fundiária do governo do Rio de Janeiro, criado antes do golpe de 1964, para intervir nos conflitos fundiários no estado e propor desapropriações. O padre Antônio Carvalho, diretor do “Plano Agrário” [Plano Piloto de Ação Agrária] em diligências por fazendas no estado do Rio de Janeiro que estavam em situação de conflito, afirmou que pediria exames de lesões corporais em lavradores espancados e que solicitaria títulos de propriedade em dez fazendas “daquele município”. O Plano Piloto de Ação Agrária foi um programa de ação para lidar com os conflitos fundiários, criado em 1959 pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira. Foram desapropriadas 18 fazendas no âmbito desse programa (GRYNSZPAN,1999). Nesse momento, o controle político do estado do Rio estava nas mãos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo com a morte de Roberto da Silveira, em 1961, em um acidente de helicóptero, pois foi substituído pelo seu irmão Badger Silveira, eleito governador no ano seguinte. Este teve seus direitos políticos cassados logo após o golpe de 1964. Roberto Silveira apoiou a criação de associações de lavradores, visando contrapor a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no processo de organização política de camponeses e trabalhadores rurais.¹³

¹³ Em 1960, foi criada a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj), apoiada pelo padre Antônio Carvalho, para disputar com a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). A primeira federação estava ligada a organizações católicas atuantes junto aos trabalhadores, como a Federação dos Trabalhadores Cristãos. Nessa época, a igreja católica buscava frear a influência da esquerda, especialmente do PCB, junto aos movimentos de trabalhadores. O padre Antônio Carvalho, no âmbito da

O padre acompanhava o caso da Fazenda Campos Novos e prometia tomar providências contra as violências cometidas pelos proprietários contra os lavradores. Os fazendeiros tinham interrompido provisoriamente as pressões de despejo, receando alguma medida de desapropriação, mas retomaram as ações ao se sentirem seguros com a deflagração do Golpe Militar e ao verificarem que nenhuma providência contra eles foi tomada e nem seria, provavelmente, naquele novo contexto. Um tal “França” (provavelmente se trate do irmão de Jamil Cury Miziara) se intitulava, na ocasião, “investigador da DOPS”, para ampliar a força ameaçadora e eficácia de suas práticas tirânicas de imposição pelo medo. Sob ameaças de morte, os lavradores eram instados a abandonar e entregar suas casas e roças no prazo de quinze dias.

No ano seguinte, a comissão de lavradores visita novamente a redação do “Última Hora” para fazer denúncias sobre a continuidade das arbitrariedades, comandadas por Dácio Pereira de Souza e um tal “França” (Cury Miziara, provavelmente) e solicitar providências ao Secretários de Segurança e Justiça: “Trezentas famílias de lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia foram intimadas a deixar as terras que arrendaram a Companhia Agrícola Campos Novos até sexta-feira”. Dessa vez, entretanto, a matéria é um pequeno texto, com um título curto, “Novos Despejos”, colocado no meio de outra matéria posicionada mais favoravelmente e mais destacada na página (Última Hora, 18/02/1965).

A EXPECTATIVA DA REFORMA AGRÁRIA E A CONTINUIDADE DOS CONFLITOS

O jornal “O Fluminense” foi o que acompanhou mais de perto, com mais matérias sobre o conflito fundiário na Fazenda Campos Novos, principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Em meados de 1973, havia uma grande expectativa com a visita de funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para solucionar o problema vivenciado por “centenas de colonos e de suas famílias” que sofriam pressões por parte de fazendeiros para abandonarem as terras. Estavam previstas também a visita à região dos conflitos de deputados, que teriam sido despertados pelas denúncias apresentadas no jornal, inclusive do líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição,

intervenção no sindicalismo rural na Ditadura Militar, foi vigiado e foi citado várias vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (MEDEIROS, 2018). Pode-se constatar que o padre Antônio foi demitido do cargo de diretor do Plano de Ação Agrária alguns dias depois da publicação da matéria d’O Jornal, como foi noticiado pelo Última Hora, de 04/07/1964.

Cláudio Moacir, para pedir providências ao governo estadual na assembleia legislativa do Rio de Janeiro. A Fetag, através do seu secretário-geral e do presidente, estava presente na fazenda para verificar a situação a partir dos relatos dos lavradores. A federação prometia mover ação na justiça contra os fazendeiros e pedir garantias de vida aos camponeses. Pessoas a mando dos fazendeiros se apresentavam como funcionários do Incra, para conferir autoridade (caráter oficial) às tentativas violentas de despejo. Tal estratégia era comum ao leque de ações dos fazendeiros. Os autores da matéria se posicionaram favoravelmente aos *colonos*, mas cabe destacar o argumento que justificava a causa dos lavradores, além da antiguidade da ocupação, o vínculo de descendência com os escravos que trabalhavam na fazenda.

*Judicialmente, a posse dos colonos, sobre a terra parece líquida e certa, uma vez que a maioria deles nasceu naquelas terras e **tiveram pais e avós** que foram lavradores ou **escravos** na fazenda. Essa posse, inclusive, já foi reconhecida para os que residiam na Fazenda Caveira, que teria sido vendida por Jamil Jorge Misiara, dono da Campos Novos, a Félix Valadares Junior, segundo decisão do ex-juiz dos Feitos da Fazenda Pública, Hélio Perorázio Tavares, em 1966. [destaques meus, em negrito] (O Fluminense, 04/07/1973).*

Todavia, o argumento ainda não é elaborado numa linguagem de reparação histórica, quadro interpretativo das políticas identitárias e demandas morais de reconhecimento, mas na noção de antiguidade de ocupação que remete a um campesinato negro ainda desprovido da capacidade interpelativa do referencial étnico e da figura jurídica da “ocupação tradicional”, próprios de um contexto institucional dos conflitos fundiários pós 1988. *Quilombolas* e *povos tradicionais* são novas categorias de percepção do mundo rural que ampliam a diversidade de eixos de representação e mobilização coletiva que passam a conviver com as categorias de trabalhador rural, camponês, posseiro e sem-terra (ALMEIDA, 2008). A venda da fazenda Caveira, em 1966, parte do complexo da Fazenda Campos Novos, é citada para atestar o direito de posse que teria sido reconhecido naquele ato jurídico. Entretanto, foi a fragmentação da fazenda Campos Novos em várias propriedades, a multiplicação dos donos, que montou o palco para o agravamento dos conflitos e para o aumento da pressão para retirada dos *posseiros* da Caveira.

O discurso proeminente da construção jornalística dos fatos concebe o direito agrário pela lógica redistributiva de combate a concentração de terras (originada principalmente por meios ilegais) e ocupação legitimada pelo trabalho, a reforma agrária: o *grileiro* versus o *posseiro*. Aqui constatamos também a decisão estratégica, em tempos de Ditadura Militar, do sindicalismo rural em conduzir os conflitos fundiários para as esferas judiciárias e da política

institucionalizada.¹⁴ Segundo “O Fluminense”, “toda a região à margem da Rodovia Amaral Peixoto, no acesso a Macaé, está nos planos do INCRA para a Reforma Agrária, embora não seja considerada como zona prioritária”. A opção legalista remete ao quadro institucional do Estatuto do Trabalhador Rural (1962) e do Estatuto da Terra (1964) e a um sindicalismo rural controlado e tutelado pelos governos militares, que os transformaram em prestadores de serviços previdenciários e de assessoria jurídica, em detrimento do seu papel como agências de representação e mobilização política (o que não significa que esse tipo de ação tenha sido completamente anulado).

Em 1968 e 1972, o Incra propôs aos fazendeiros a desapropriação de parte das terras da Fazenda Campos Novos (que teria 7.300 ha de extensão total), através da venda ao órgão, para serem revendidos a preços baixos aos lavradores. Tal proposta expressa uma visão conservadora de reforma agrária, na qual a desapropriação não se liga à ideia de justiça social e combate ao latifúndio e a grilagem no campo, mas que impõem aos sujeitos dos direitos os custos financeiros e os subordina a uma corretagem de imóveis rurais mediada pelo Estado. Há uma despolitização do ato de desapropriação, que fica reduzida a uma operação de mercado, que ignora a injustiça e a ilegalidade da grande propriedade fundiária, ficando, assim, dependente da boa vontade do proprietário (que aqui não é designado como grileiro). O coordenador regional do Incra no estado do Rio de Janeiro, Luiz Carlos Bastos, alegou que tal proposta não foi efetivada porque Jamil Miziara “queria fazer especulação imobiliária com o órgão”, exigindo um valor cinco vezes maior do que o valor de mercado da propriedade (O Fluminense, 04/07/1973).

Em 06/07/1973, o secretário geral e advogado da Fetag relata sua atuação nos conflitos ocorridos na Fazenda Campos Novos. Fica evidente a prevalência da atuação jurídica direcionada ao ingresso de uma ação de manutenção de posse em favor de 37 lavradores ameaçados de despejo e vítimas de violências. Justifica a omissão anterior diante das denúncias de arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros pela não apresentação de testemunhas dos casos relatados referentes às violências físicas ou materiais. Por outro lado, condicionou sua atuação em defesa dos seus associados a reabertura do sindicato de trabalhadores rurais, que tinha sido fechado há nove anos, em 1964, por motivos políticos. A Fetag ingressou com ação de manutenção de posse para aqueles 37 lavradores. Em relação à ação de manutenção de posse em favor dos lavradores da Fazenda Caveira, em 1966, estava

¹⁴ Sobre os usos sociais da legislação e do direito pelos camponeses e trabalhadores rurais contra os patrões e latifundiários, cf. SIGAUD, 2004.

paralisada “embora prevaleça, e que não foi constatada, ainda, nenhuma violência contra os lavradores beneficiados”. Naquele momento, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) havia considerado aquelas terras como prioritárias para a reforma agrária. Segundo o advogado, caso o proprietário cometesse alguma violência ou mesmo fizesse alguma ameaça, a Fetag, após denúncia das vítimas, entraria com ação judicial solicitando a prisão dele.

Devido ao processo de reorganização política dos camponeses da fazenda Campos Novos, em 1974, foi criado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia, que teve como seu primeiro presidente Sebastião Lan. A história dos sindicatos rurais de São Pedro e Cabo Frio estão estritamente ligadas. Sebastião Lan assumiu a presidência da primeira entidade em 1975 e da segunda em 1985. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia foi formado em 1961 e fechado com o golpe de 1964. Em depoimento, em 1983, Dona Rosa afirma que a Federação hesitava em atuar na região porque não havia um sindicato e que os lavradores tinham medo por causa da repressão, “porque só em falar em reforma agrária vinham prender”¹⁵. Lan e Dona Rosa tinham pensado primeiro em criar o sindicato em Cabo Frio, mas a Fetag desaconselhou, uma vez que os lavradores estavam muito visados como “comunistas e subversivos”. Em uma assembleia, em 28/02/1974, que contou com a presença de mais de 500 lavradores, foi criado o sindicato rural de São Pedro da Aldeia (MAIA, 2018).

Ainda em 1973, uma pequena matéria registra o assassinato de um homem a pauladas e enxadas como “primeira vítima da luta que se desenrola nos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia” (O Fluminense, 28/06/1973). O posicionamento no texto é favorável aos lavradores, mas utiliza um vocabulário mais “neutro” politicamente. O conflito envolve “agricultores e pecuaristas” (não *posseiros* e *grileiros*), mas o jornal continua a dar visibilidade às denúncias, apontando a “manobra dos criadores” para expulsar os “primeiros pequenos proprietários” com a derrubada de cercas, além de outros meios coercitivos como, por exemplo, o gado destruir as plantações. A decisão judicial que garantiu a manutenção de posse, em 1966, foi lembrada como expediente para enfatizar a ilegalidade da ação dos *pecuaristas*, evidenciando que a noção de direito agrário, justificado pelo tempo de ocupação e investimento de trabalho na terra (e confirmado por meios legais), estava implícita. Inclusive no título da manchete, “Lavrador morre para não deixar a terra” está subjacente a ideia de sacrifício e da importância vital que a terra tem para o *agricultor*.

¹⁵ Dona Rosa, depoimento concedido a Leonilde Medeiros e Sonia Lacerda, apud MAIA, 2018: 399.

A manchete (grande) tem um tamanho desproporcional ao tamanho do texto (pequeno). São as estratégias e recursos retóricos que fazem parte da competência profissional dos jornalistas, que os habilitam a ampliar o impacto (a atenção pública) de certas mensagens em espaços gráficos reduzidos e pouco informativos. Tais características se ligam ao fato desse texto curto cumprir a função de chamada na primeira página para a matéria no corpo do noticiário impresso. Naquele contexto, narrativa jornalística do conflito buscou uma linguagem menos carregada politicamente, mantendo sua postura política, talvez por algum receio de censura. Não saberíamos afirmar com certeza, porém eram os tempos de forte repressão do governo do general Médici. Entretanto, as outras matérias, inclusive mais extensas, mantiveram o uso mais ostensivo da linguagem utilizada pelo sindicalismo rural e pelo movimento pela reforma agrária.

A estrutura dos textos jornalísticos é muito semelhante. Vou usar a matéria intitulada “Violências contra lavradores da região dos lagos continuam” como exemplo. Uma característica central é a ênfase na continuidade e regularidade das violências e tentativas de despejo praticadas pelos fazendeiros. O sofrimento e o ambiente de medo (o regime de terror) instaurado são ilustrados pelas descrições de casos concretos de prática de violência física e destruição de benfeitorias nos confrontos entre proprietários /administradores e lavradores. Aqui também é mencionado, como estratégia de implantação desse regime de terror, o uso de uniformes e carteiras de identificação com funcionários públicos, como se os seus atos arbitrários estivessem investidos da autoridade de órgãos de governo como a marinha, o DOPS ou o IBDF. O reconhecimento do direito de posse é remetido à esfera judiciária, assim como pela antiguidade da ocupação e pelo trabalho agrícola investido na terra. Essa estrutura está bem configurada no pequeno parágrafo introdutório da matéria (O Fluminense, 28/06/1973).

Deduzimos que o lavrador assassinado da matéria anterior de “O Fluminense” era Manoel Mangueira nomeado nesse relato. A morte de Manoel está claramente inserida nos conflitos, pois ele estava recebendo ameaças para abandonar sua casa. Todavia, na delegacia de Cabo Frio, o caso estava sendo tratado como uma briga iniciada porque o cunhado do falecido teria sido flagrado roubando galinhas. O jornal descreve o clima de tensão e a apreensão dos lavradores que ficam de prontidão para evitar que o gado solto dos fazendeiros estrague as roças. Violência, morte, injustiça, medo, trabalho, direito, lei, terra: esses são os elementos articulados em discurso nas páginas dos jornais. O lavrador, em primeiro plano, segurando um tronco de árvore é uma imagem simbólica e uma síntese visual do conflito

fundiário e das estratégias de resistência camponesa. Cabe assinalar a foto que acompanha a matéria, ilustrando a ação dos lavradores, montando barreiras com troncos de árvores para evitar a destruição das suas plantações. Portanto, os lavradores não eram passivos diante das pressões dos fazendeiros. Eles acionavam estratégias de resistência, que fortaleciam a solidariedade entre eles e o senso de identidade e segurança.

Estava muito claro, inclusive nos jornais, a intenção dos fazendeiros subjacente aos esforços de expulsão dos posseiros, o loteamento da fazenda Campos Novos, que já estava dividida em oito fazendas menores naquele momento: Botafogo, Caveira, Restinga, Pai Domingos, Angelin, Reta da Barra, Gargoá e Araçá. Jamil Cury Miziara e seu irmão e administrador da fazenda França Cury insistiam nos atos violentos e de intimidação para provocar o despejo das “200 famílias”. A Fetag continuava sendo solicitada a intervir e encaminhava relatórios ao Incra para que o mesmo tomasse as providencias devidas. Ocorreram tentativas de negociação com os fazendeiros, mediados pela Fetag e Incra, como a concessão de áreas para os lavradores até a resolução do problema da disputa por terras. Tais esforços de entendimento não tiveram sucesso e “os proprietários continuaram a invadir as plantações de milho, feijão, aipim, laranja e bananas, com tratores, destruindo-as” (O Fluminense, 03/12/1977).

A escalada do conflito seguia crescendo, tornando a situação cada vez mais tensa. O lavrador Benício de Oliveira, 66 anos, foi baleado por um empregado da Companhia Agrícola Campos Novos, chamado José cordeiro, conhecido como “Zé Florzinha” (Jornal do Brasil, 05/03/1978). Esse senhor se envolveu no assassinato de Sebastião Lan dez anos depois, em 1988. Nessa época, em 1978, Sebastião Lan já recebia ameaças de morte da parte de Zé Florzinha. O quadro da morte de Lan vai sendo pintado com cores cada vez mais fortes. A reação ao atentado a Benício de Oliveira pelo delegado de polícia de Cabo Frio deixou muito claro seu posicionamento político no conflito: “Todos os posseiros são comunistas e agitadores”. Propôs como solução: “um avião americano soltar uma bomba atômica e acabar com aquele pessoal”. O lavrador Manoel Martins ao ser perguntado se sabia o que era comunista, respondeu assim:

Eu não sou home de entendimento, mas a gente sabe de ouvir dizer. Se tem algum aqui somos nós, que trabalha e paga o Incra, porque no entender deles, vai vê que quem trabalha e paga o Incra é comunista. Mas esses home tem que comer alguma coisa. Se eles não se ajeita com ninguém que trabalha, como é que vão comer? (Jornal do Brasil, 05/03/1978).

Eram tempos de abertura política, ainda na Ditadura Militar, mas fica evidente que o imaginário militar de eliminação do “inimigo”, como metodologia política para lidar com adversários, estava muito vivo na mente dos agentes policiais. O delegado procurou reduzir a gravidade do fato, dizendo que: “não houve homicídio, apenas agressão física, um fato corriqueiro como uma batida de carro”. Uma comissão de 17 lavradores pediu providências ao prefeito de Cabo Frio. Desde 1968, a Federação Estadual de Trabalhadores Agrícolas vinha protestando contra a situação em Campos Novos. França Cury Miziara, irmão do proprietário, queixou-se na delegacia que posseiros estavam armados. Foram enviados dez policiais com metralhadoras e revólveres, sendo preso na ocasião o filho de 17 anos de um agricultor. O delegado atendia prontamente as demandas de segurança dos fazendeiros.

O Procurador da Fazenda, Dr. Humberto Queiroz Rego, teria afirmado: “o problema é que muitos trabalhadores teriam invadido a fazenda depois de 1964 e eles não vivem da lavoura, apenas depredam as matas” (Jornal do Brasil, 05/03/1978). As vítimas eram acusadas de crimes ambientais, causadores da devastação das matas, sendo a tentativa de assassinato de Benício de Oliveira apenas resultado do conflito entre posseiros e polícia florestal. Vale lembrar que “empregados” da fazenda se disfarçavam de guardas florestais para pressionar os lavradores a abandonarem suas casas e terras. No início dos anos 1970, foram apreendidas pelo Departamento de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), da secretaria de agricultura, cargas de pau-brasil (1.248 sacos de carvão, 198 m³ de lenha e 330 toras de madeira) proveniente de desmatamento clandestino na Fazenda Campos Novos (O Fluminense, 06/09/1972). Foi indicado o envolvimento dos proprietários que, em troca do fornecimento de madeira, obtém a limpeza da área pelos próprios carvoeiros, para a plantação de pastos. Ou seja, extração de madeira e criação de gado são atividades baseadas nos interesses econômicos complementares das carvoarias e fazendas pecuaristas.

Segundo Zé Florzinha, aquele lavrador teria vindo junto com invasores depois de 1964, “a turma do João Goulart” que, em 20/01/1978, ocupou a sede do Incra em Macaé. Em 1976, os proprietários aceitaram “negociar” a concessão de 200 hectares, mas o sindicato de São Pedro considerou insuficiente. Foram marcadas novas reuniões, mediadas pelo Incra, mas Jamil Miziara não compareceu mais para dar continuidade às tentativas de entendimento. Benício de Oliveira foi duas vezes, depois que saiu do hospital, registrar a ocorrência na delegacia de Cabo Frio, mas não foi atendido. Pela declaração acima do delegado, “comunistas” não eram bem-vindos no seu local de trabalho. O delegado não determinou investigação do caso porque a delegacia estava cheia de trabalho. Manoel Martins, 70 anos,

deixou registrada sua indignação com a omissão das autoridades policiais dizendo que “Se fosse nós que tivesse atirado no Florzinha, no dia seguinte já tinha polícia, exército, DOPS, tudo atrás de **nós**. Mas como foram **eles**, não vai acontecer nada” [destaque em negrito, nossos]. Disse que o crime ia ficar sem punição.

Essas eram algumas das certezas que faziam parte da consciência surgida na experiência do conflito, na qual se constroem as identidades contrastivas e relacionais de posseiro/lavrador e fazendeiro/grileiro. “Se tem alguém aqui que **somos nós**, que trabalha e paga o Incra [...]”, como se definiu o Sr. Manoel Martins. Cultivar a terra, pagar e se cadastrar no Incra eram estratégias camponesas na luta pela terra, disputando o reconhecimento oficial para afirmar seus direitos. Identidade e consciência de classe construída na luta pela terra, na interlocução com o trabalho político de representação e mobilização dos mediadores (Incra e Fetag), em situações extremas de confronto com antagonistas num regime de terror (presença de “jagunços” armados, destruição das roças por tratores da empresa, corte das cercas para o gado comer as plantações, ações de reintegração de posse pela Companhia Agrícola). Tudo isso com a cumplicidade e/ou omissão das autoridades públicas.

A DESAPROPRIAÇÃO DA CAMPOS NOVOS E A FRUSTRAÇÃO NA CAVEIRA

A década de 1980, atestado pelas notícias nos jornais, é marcada pela continuidade dos conflitos na Fazenda Campos Novos. Logo no início de 1980, o STR de Cabo Frio, através do seu presidente Darcy Gonçalves, intervém contra a ação de empregados comandados pelo genro de Jamil Mizziara, que exercia a função de administrador, para impedir mais uma vez a destruição de plantações. Foram contratados “peões nordestinos para intimidar os posseiros”. O sindicato mediu uma tentativa de acordo com Jamil, que insistia na continuidade do trabalho de abertura de picadas nas roças, requisitando inclusive o apoio de policiais da marinha, com a alegação que os lavradores estariam armados. No título da matéria, os empregados são designados como invasores e depredadores (O Fluminense, 29/02/1980).

No início do ano de 1980, a Fetag/RJ encaminhou ao general Luiz José Torres Marques, comandante da Brigada do Estado do Rio de Janeiro, uma solicitação de desapropriação de parte da área total da fazenda, visando o assentamento das famílias de posseiros. A Fetag encaminhou denúncias sobre a contratação de pistoleiros pelos proprietários da fazenda, que ameaçam os lavradores, ao comandante da II Brigada de

Infantaria de Niterói. A linguagem que estrutura a narrativa da reportagem reproduz amplamente as categorias e representações do sindicalismo rural. Num encontro com trabalhadores rurais, o deputado do MDB Walter Silva prometeu entrar com uma ação na justiça contra o Incra, a fim de forçá-lo a respeitar o Estatuto da Terra. Em Brasília, o parlamentar apresentou, na Câmara dos Deputados, um relatório sobre o conflito fundiário na Região dos Lagos e disse que o responsável pelo Incra no Rio de Janeiro José Carlos Barbosa “não tem nenhum interesse em solucionar o drama dessa comunidade oprimida e perseguida, porque ele representa o interesse dos fazendeiros e dos latifundiários, desde que foi premiado pelo Governo com o cargo” (O Fluminense, 26/06/1980).

Na ocasião da visita do então prefeito de Niterói Wellington Moreira Franco a Cabo Frio, como uma prévia de lançamento da sua candidatura nas eleições para o governo estadual, Dona Rosa Silveira denunciou “o massacre que os latifundiários vêm praticando contra os lavradores locais desde a década de 60”. Ela, representando o sindicato rural, pediu aos líderes do Partido Democrata Social (PDS) que intercedessem junto ao presidente Figueiredo em favor da desapropriação da Fazenda Campos Novos. Tal solicitação ocorreu no Clube São Cristóvão, que concentrou um grande número de pessoas, num evento organizado pelo diretório do PDS local para lançar a candidatura de Ivo Saldanha à prefeitura de Cabo Frio (O Fluminense, 10/01/1981). Em 13/03/1981, o sindicato rural organizou uma manifestação na Praça Porto Rocha, no centro de Cabo Frio, para pressionar pela desapropriação das fazendas Campos Novos e Porto Velho. A divulgação pelo jornal foi mais uma oportunidade de dar visibilidade pública ao histórico de violências e de perseguições cometidas pelos fazendeiros contra os lavradores (O Fluminense, 09/03/1981 e 13/03/1981).

Segundo “O Fluminense” (21/12/1981), a Região dos Lagos não atendia aos critérios do Incra de definição das áreas prioritárias para desapropriação em razão de acentuada tensão social. Contudo, o jornal assim se posicionava: o direito dos posseiros é confirmado pela inexistência de documentação que comprove legalmente a propriedade dos “supostos donos”. Tal posicionamento foi reproduzido insistentemente em muitas reportagens durante as décadas de 1970 e 1980, cujos títulos das matérias jornalísticas demonstram veementemente. O processo visando a desapropriação foi iniciado no Incra em 1968 (O Fluminense, 18/05/1982). Segundo os advogados do sindicato, a fonte dos problemas fundiários em Cabo Frio, “onde ocorrem as maiores lutas em torno da posse da terra”, é a hipervalorização das terras, ocasionada pela construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1975, e a grande

concentração de propriedades, 5% dos estabelecimentos rurais detém mais de 78% da área total do município.

Finalmente, em 09/03/1983, foram promulgados dois decretos pelo presidente João Baptista Figueiredo, relativos à desapropriação de parte da Fazenda Campos Novos (O Fluminense, 12/03/1983). O Incra foi autorizado a fazer a desapropriação e tinha o prazo de três anos para intervir, remanejando as famílias e regularizando a área. A Fazenda Campos Novos não foi integralmente atingida pelos decretos, mas apenas uma faixa de 3.200 hectares, menos da metade. De todo modo, a notícia foi veiculada pelo jornal como sendo a solução dos conflitos, basta ver o título do curto texto de chamada “Conflito em Cabo Frio chega ao fim” e da reportagem no corpo do periódico “Desapropriação ajuda posseiros”. A matéria fez uma retrospectiva das violências, atentados e assassinatos cometidos a mando dos fazendeiros para forçar o despejo dos posseiros, como se fosse um passado superado em vista de um futuro radiante para o pequeno agricultor no município. Lembrou, entretanto, os conflitos existentes em outras fazendas, como Porto Velho (antiga Fazendinha, na Baía Formosa) e Sobara (arrendada pela Agrisa, destilaria de álcool, no vale do rio São João), que tiveram suas plantações destruídas por *jagunços*. Um recado para o Governo Federal: os conflitos fundiários no município não estavam completamente resolvidos, pois havia ainda outras fazendas a serem desapropriadas para dar prosseguimento a reforma agrária na Região dos Lagos.

O tom otimista de “O Fluminense” mudou radicalmente logo nos meses seguintes. O título da reportagem é bem menos otimista: “Decreto não acaba com a briga pela posse da terra”. O decreto de desapropriação teria, então, aberto uma nova “escalada de violência e ódio”. Com pouco tempo, já foi apontado um fator para a continuidade dos conflitos: a desapropriação parcial da Campos Novos não atendeu as famílias camponesas da Fazenda Caveira.

A gleba de terra desapropriada tem pouco menos de 4 mil hectares para serem divididos com cerca de 500 posseiros. O decreto cometeu uma grande injustiça contra os posseiros mais antigos da área, instalados na Fazenda Caveira, que não foram beneficiados. Os ocupantes da “Caveira” foram os que mais sofreram para garantir o direito à posse. Campos Novos, uma gigantesca fazenda de propriedade de Jamil Mizziara, ao contrário, apresenta posseiros recentes e sem tradição no lugar. A maioria veio de Campos e adquiriu erradamente o direito de posse dos mais antigos. (O Fluminense, 18/04/1983).

Os *moradores antigos*¹⁶ se opuseram aos critérios do Inbra por serem muito restritos e excludentes, pois iam de encontro aos princípios das famílias (que se identificarão depois como quilombolas) de atribuição de direitos de acesso à terra na Caveira. Todavia, haviam famílias que concordavam com as regras de assentamento rural do Inbra. Alguns moradores, principalmente os que residiam nos limites com Cabo Frio, aceitaram o tamanho do módulo proposto pelo órgão e venderam parcelas das suas terras para não serem expulsos. Segundo Tosta, o Inbra pressionou para que os *posseiros antigos* acatassem as diretrizes oficiais para a desapropriação. O Inbra atuava a partir de classificações genéricas de *posseiro* e a aplicava burocraticamente, sem levar em consideração as especificidades históricas e modalidades sociais de ocupação fundiária daquela situação local concreta, gerando insegurança quanto a garantia dos direitos a terra arduamente defendidos e com tanta coragem. Alguns antigos sítios foram fragmentados, sendo substituídos por terrenos sem espaço para roça e ocupados pelos “de fora” (TOSTA, 2005). Isso resultou na diminuição da área cultivada, redução da produção agrícola e adensamento populacional em Botafogo-Caveira, contribuindo para a atual configuração rural-urbana do lugar.¹⁷

A REDEMOCRATIZAÇÃO E A LUTA PELA TERRA: ATENTADO A SEBASTIÃO LAN E OS NOVOS RUMOS DO CONFLITO FUNDIÁRIO

O conflito fundiário em Campos Novos teve os holofotes da imprensa e atenção pública voltados para si quando aconteceu o atentado ao líder rural e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, em 10/06/1988, que tinha 45 anos de idade na ocasião. A repercussão desse acontecimento fez com que o caso da Fazenda Campos Novos fosse considerado, pelos dirigentes do Inbra, como um dos dois maiores conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro, conforme verificamos nas matérias jornalísticas. Era meados de 1988, a constituinte ainda não tinha terminado seus trabalhos. Com o fim do Regime Militar em 1985, a eleição de um presidente civil por eleições indiretas, a morte de Tancredo Neves, a Nova República, a reforma agrária estava no centro do debate público

¹⁶Essa é uma categoria de autoidentificação, como apontado por Tosta (2005), da rede de parentes oriunda das três famílias originais que se reconheceram como “remanescentes de comunidades de quilombo” nos anos 2000. A identificação como moradores antigos se constitui em referência aos “de fora” e os “infiltrados”, que se estabeleceram na Caveira no período dos conflitos com os fazendeiros.

¹⁷No início de 1984, o Inbra havia feito a topografia e a identificação das pessoas e da área. Só faltava a redação do relatório final. José Américo Ventura afirmou que a desapropriação da Fazenda Caveira estava em estudo pelo órgão (O Fluminense, 17/01/1984).

desde que José Sarney tomou posse. O ano de 1988 foi marcado pela promulgação da Constituição Federal (05/10/1988) e pelo assassinato do líder sindical e ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes (em 22/12/1988).

Sebastião Lan foi baleado cinco vezes (um na mão, um nas costas, um no pescoço e dois na cabeça) por dois homens que estavam num fusca branco, no ponto de ônibus, no Km 123,5 da rodovia Amaral Peixoto.¹⁸ Uma concentração de mais de dois mil trabalhadores rurais e 36 entidades representativas de sindicatos rurais na Praça Porto Rocha, em Cabo Frio, formou uma manifestação contra o assassinato e as violências contra os posseiros (Tribuna da Imprensa, 11-12/06/1988). O atentado a Sebastião Lan acendeu a luz vermelha da violência no campo para os agentes do Estado e da sociedade civil no Rio de Janeiro. O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, o deputado estadual Aloísio de Oliveira (PDT) anunciou a entrega de uma lista completa dos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro e nomes de lideranças ameaçadas de morte ao secretário de polícia civil Hélio Saboya.¹⁹ Representantes de várias entidades civis e partidos políticos exigiram providências em uma reunião com Hélio Saboya (Jornal do Brasil, 07/06/1988).

Outro problema foi a desapropriação da outra parte da fazenda, a Caveira, mas que não teve a emissão de posse. Com a morte de Sebastião Lan, o Incra iniciou o processo de desintrusão da área desapropriada da Fazenda Campos Novos. Segundo a reportagem de “O Fluminense” (18/08/1989), “Ao todo são 78 os invasores de 70% das áreas desapropriadas em 1983 pelo Governo Federal para fins de reforma agrária”. As duas manchetes da matéria mostram a posição favorável a operação de desintrusão: “Federais retomam em Cabo Frio a fazenda da violência” e “Ação contra grileiros da Campos Novos vai continuar”. A primeira manchete se refere a um texto curto de chamada para a reportagem no corpo do jornal e usa um recurso retórico, “a fazenda da violência”, para transmitir uma mensagem de modo rápido para chamar a atenção do leitor para a matéria no interior do jornal. Associando com a segunda manchete, temos a polícia federal retomando a fazenda Campos Novos contra grileiros. Segundo esse mesmo jornal em matéria posterior, o número de *grileiros* foi reduzido

¹⁸ Foi operado e ficou internado em estado gravíssimo no hospital Santa Isabel, em Cabo Frio. Ele tinha 45 anos de idade, chegou em Botafogo em 1969, e era pai de nove filhos. Ele iria a uma audiência com o ministro da reforma agrária Jader Barbalho em Brasília. Os pistoleiros teriam levado uma pasta que ele carregava com documentos sobre violência contra posseiros. No domingo anterior, tinha participado de reunião da Fetag no município de Campos dos Goitacazes. Depois de cinco dias internado no Centro de Terapia Intensiva (CTI), Lan não resistiu aos ferimentos e faleceu.

¹⁹ STR de Cabo Frio, Comissão Pastoral da Terra, Fetag, Associação Brasileira para a Reforma Agrária, Associação dos Moradores da Rasa, Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Aloísio de Oliveira (PDT), Luiz Selles (PT), Jandira Feghali (PC do B) e Carlos Minc (PT/PV).

a 35 dos 87 que ocupavam a fazenda, “mas a violência na região continua e não é raro ocorrerem espancamentos, ameaças e queima de colheitas” (O Fluminense, 11/10/1990). Ou seja, o mesmo repertório de ação e regime de terror imposto antes, pois os grileiros tinham retornado a fazenda e não houve demarcação de lotes e assentamento de posseiros.

A municipalização de uma área (oito alqueires) da Fazenda Campos Novos foi anunciada por “O Fluminense” (13 a 19/06/1993) de maneira otimista mais uma vez como a solução definitiva aos conflitos ali existentes durante décadas: “A desapropriação da Fazenda Campos Novos pela prefeitura, no início do mês, abre a expectativa de solução definitiva de inúmeros conflitos pela posse da terra, intensificados a partir de 60”. A desapropriação, autorizada pelo juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Cabo Frio, custou um bilhão de cruzeiros a prefeitura, pagos a Companhia Agrícola Campos Novos. Em 1995, o prefeito José Bonifácio assinou convênio com o Incra para demarcar áreas para assentar os “remanescentes da Fazenda Campos Novos”. Segundo informação do STR de Cabo Frio, citada na reportagem, 50% das terras da fazenda estava sob o controle de grileiros e outros 20% nas mãos de dois fazendeiros (O Fluminense, 27/10/1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui uma leitura muito próxima dos textos jornalísticos porque apresentam uma crônica minuciosa da violência, das práticas de intimidação impostas aos *posseiros* da Caveira, enfocando os atores, interesses, estratégias e significados envolvidos e delineados nas narrativas. Não estamos falando aqui de lógicas abstratas, mas de ações concretas e interações entre agentes e agências singulares, de identidades e subjetividades em relações situadas historicamente. Não se trata de um mero gosto pelo detalhe, mas da percepção de que nos detalhes se abriga a possibilidade de articular situações, processos, cadeias de eventos em contextos de significado que permitem a compreensão de experiências de violência quase cotidianas pela sua frequência e que a distância temporal pode amenizar. Por isso, é importante não deixar escapar o tom dos relatos dos camponeses da Caveira sobre suas experiências do conflito violento com os fazendeiros, mediados pelo discurso jornalístico. Esse artigo mostra como a imprensa pode ser uma fonte importante para a compreensão processualista dos conflitos fundiários e territoriais, do ponto de vista camponês e quilombola, a contrapelo de uma versão hegemônica da história, que silencia a memória de luta e resistência daqueles que foram submetidos a regimes de expropriação e exploração. Por

outro lado, pode ser uma modesta contribuição a produção historiográfica sobre a resistência do campesinato (negro, no caso aqui abordado) durante a Ditadura Militar no Rio de Janeiro; como também sobre as relações entre imprensa e o regime autoritário no Brasil (LEONILDE, 2018; e CARVALHO, 2015).

Esses fatos históricos de conflitos territoriais com fazendeiros, seus capangas e a polícia à serviço dos fazendeiros e de um regime que massacrava os trabalhadores rurais vão constituir um referencial fundamental para a construção de uma consciência da resistência e da identidade étnica dos quilombolas da Caveira que, a partir dos anos 2000, reivindicam seu território, mobilizando categoriais e representações políticas pautadas pela gramática moral da reparação histórica. Esses eventos estão na memória dos mais velhos da comunidade, cuja lembrança é um patrimônio simbólico fundamental e motivo de orgulho e autoestima, sustentado no sentimento de vitória por terem garantido um pedaço de terra aos seus descendentes. Esses mais velhos, mesmo com o processo de urbanização da Caveira, se identificam como lavradores, trabalhadores rurais, camponeses; categorias que adquiriram e acionavam no contexto de loteamento da Fazenda Campos Novos e de configuração sindical do conflito fundiário, articulando consciência de classe e étnica ao se apropriarem do conceito jurídico de “remanescente de comunidade de quilombo” no presente.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, N. Pagando dia para morar. Considerações sobre a ocupação Quilombola na Região dos Lagos – Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. Diálogos Mercosur*. Num. 5. Enero – Junio (2018), pp. 22-37.

_____. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Niterói, FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

ALMEIDA, A. W. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais e Uso Comum. In: _____. *Terra de Quilombo, terras indígenas, “babuçais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CARVALHO, A. “Contando a história” da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático. In: Quadrat, S.; Rollemberg, D. *História e memória das ditaduras do século XX, v. 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

LUZ, A. F. Relatório Antropológico: “A comunidade Remanescente de Quilombo da Caveira”. Rio de Janeiro: INCRA/RJ/Fundação Euclides da Cunha, 2009.

MAIA, A. B. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio: de posseiros a quilombolas. In: Medeiros, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, L. S. de. Transformações nas áreas rurais, disputas por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: Medeiros, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTIER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

NAZARIO, G. A. *A revolta do cachimbo: a luta pela terra no Quilombo da Caveira*. Cabo Frio, RJ: Sophia Editora, 2022.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto (Rio de Janeiro)*, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977.

PERES, S. Antropologia, ciência e política: situação de perícia e etnologia indígena na Amazônia e no Nordeste. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*. Campinas, SP, v. 4, p. 01-27, 2021.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SIGAUD, L. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucana. *Mana*. 10 (1): 131-163, 2004.

TOSTA, A. Contando Histórias: Uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Fevereiro, 2005.